

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Abril de 26

-----DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DAS ACTAS DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA DOZE DE ABRIL E DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA DEZANOVE DE ABRIL DO CORRENTE ANO. -----

----- A acta da reunião ordinária realizada no dia doze de Abril e a acta da reunião extraordinária do dia dezanove de Abril do corrente ano, depois de lidas foram postas à votação e aprovadas por unanimidade. -----

----- O Presidente da Câmara propôs que fosse incluído para discussão os seguintes pontos: -----

----- 3.DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS -----

----- 3.1.4. SECTOR DE SANEAMENTO BÁSICO -----

----- 5.Prolongamentos e ligações da rede de esgotos (Freguesias da Carapinheira, Meãs, Tentúgal e Pereira)-----

----- - Projecto, Programa de Concurso e Caderno de Encargos. -----

----- - Elementos para aprovação. -----

----- O Presidente da Câmara propôs ainda retirar os seguintes pontos: -----

----- 1 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL -----

----- 1.2 DIVISÃO FINANCEIRA -----

----- 1.2.1 SECÇÃO DE CONTABILIDADE, ECONOMATO, PATRIMÓNIO E TESOURARIA -----

----- 3 Alteração ao Plano de Actividades numero quatro -----

----- 3 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS -----

----- 3.1 DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS -----

----- 3.1.1 SECTOR DE ADMINISTRAÇÃO DIRECTA -----

----- 1 Conservação e reparação de estradas e caminhos municipais: freguesias de Santo Varão e Pereira -----

----- - Projecto, Programa de Concurso e Caderno de Encargos -----

----- - Elementos para aprovação -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- PROPOSTAS -----

----- DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- INFORMAÇÕES -----

----- DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- Primeira - Informou que a Câmara devia agradecer à Filarmónica Vinte e Cinco de Setembro e à pessoa do Senhor Augusto Leal pela entrega ao Município das partituras do Hino Abade João, escrito em mil novecentos e vinte e nove e destinado a ser um Hino

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Abril de 26

Municipal e que enriquecerá o nosso património, podendo ao mesmo tempo servir um efectivo documento que deverá ser entregue às Bandas Filarmónicas do Concelho. Disse ainda que no futuro, para que em qualquer iniciativa, que o próprio Município queira galvanizar a nossa oferta associativa, possa unir em termos de imagem e de som musical, aquilo que será um Hino Municipal.-----

----- Mais disse que se responsabilizava por fazer chegar às quatro Bandas Filarmónicas do Concelho, aquelas mesmas partituras, para que fiquem conhecedores e possam utilizá-las dentro do contexto dum Hino Municipal.-----

----- A Câmara tomou aprovou por unanimidade a proposta apresentada pelo Senhor Presidente. -----

-----1.-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL-----

-----1.1. -DIVISÃO ADMINISTRATIVA -----

-----1.1.1.- SECÇÃO DE APOIO AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS E ARQUIVO. -----

-----1.1.2. - SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS -----

-----1- INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ARTIGO 65º DA LEI Nº --
----- 169799, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA
----- LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----

----- Foi presente uma informação com a relação das faltas e férias dos funcionários nos termos da legislação acima citada, no período compreendido entre doze de Abril a vinte e quatro de Abril do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número um). -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

-----1.2 - DIVISÃO FINANCEIRA -----

-----1.2.1 - SECÇÃO CONTABILIDADE, ECONOMATO, PATRIMÓNIO E TESOURARIA.-----

-----1- INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 65º DA-----
----- LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO -----
----- INTRODUZIDAS PELO DECRETO-LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE
----- JANEIRO. -----

----- Foi presente uma relação das autorizações de despesas efectuadas entre o dia onze e o dia vinte e quatro de Abril do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número dois), a dar cumprimento ao número um, dois e três do artigo sessenta e cinco da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a redacção da Lei número cinco A barra de dois mil e dois, de onze Janeiro-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

-----2- RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA -----

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria, relativo ao dia vinte e quatro de Abril do corrente ano, acusando um saldo para o dia seguinte, em Operações Orçamentais de um

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Abril de 26

milhão cento e vinte e nove mil e seis euros e setenta e quatro centimos e em Operações de Tesouraria cento e oitenta e nove mil quatrocentos e dezanove euros e oitenta e quatro centimos. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade concordar com o referido Resumo Diário, e respectivos valores apresentados. -----

----- 3- ALTERAÇÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES NUMERO QUATRO

----- O presente ponto foi retirado. -----

----- 4- ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO NUMERO QUATRO-----

----- Foi presente a quarta proposta de Alteração ao Orçamento, no valor de vinte mil euros (documento anexo à presente acta sob o número três). -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a referida alteração. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- 5- PROTOCOLO FINANCEIRO E DE COOPERAÇÃO ENTRE A-----

----- CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS E A CÂMARA MUNICIPAL -----

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento do protocolo financeiro e de cooperação a estabelecer entre a Caixa Geral de Depósitos e a Câmara Municipal, (documento anexo à presente acta sob o numero quatro). -----

----- Disse ainda que aquele protocolo se destinava, não só a própria municipalidade, como também aos funcionários da Autarquia. A Caixa Geral de Depósitos propunha um determinado conjunto de divulgação de alguns serviços, privilegiando os funcionários, nomeadamente com a criação de algumas facetas dos seus produtos internos, mas caso a Câmara quisesse subscrever o mesmo protocolo, os funcionários passariam a ter algumas linhas preferenciais. -----

----- Seguidamente propôs que na próxima Reunião de Câmara fosse deliberada a aderência ou não àquele Protocolo, após ter sido analisado pelo Executivo, podendo serem apresentadas algumas sugestões. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- 6- ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO AOS SERVIÇOS SOCIAIS DOS -

----- TRABALHADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O--

----- VELHO-----

----- Foi presente uma informação solicitando a atribuição de um subsídio aos Serviços Sociais dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, no valor de treze mil cento e quarenta e nove euros e quarenta e três centimos, para fazer face às despesas do mês de Março de dois mil e dois. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Abril de 26

----- Interveio o Presidente da Câmara dizendo que, de acordo com a deliberação tomada em Reunião de Câmara do dia vinte e sete de Março do corrente ano, solicitou a presença dos Órgãos Dirigentes dos Serviços Sociais dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Montemor - o - Velho, que estivessem presentes para esclarecer algumas das duvidas que a Câmara tinha manifestado noutras circunstancias.-----

----- Neste sentido, o senhor António Jorge Barriga, dirigente dos Serviços Sociais dos Trabalhadores da Câmara Municipal, encontrava-se presente para prestar os devidos esclarecimentos.-----

----- Usou da palavra o Vereador Victor Camarneiro, dizendo que se ia abster na atribuição daquele subsídio, pelo que apresentou seguidamente a declaração de voto:-----

----- "A minha abstenção, vem no seguimento das questões que coloquei na ultima vez em que este assunto veio aqui. Não há nenhum conflito, nem nenhuma sublimação da importância dos Serviços Sociais para os funcionários da Câmara Municipal, mas parece-me que, até que estejam clarificadas as formas como tudo funciona e que a Câmara perceba a dimensão deste compromisso, parece-me um regime de excepção que cria para os funcionários da Câmara Municipal o melhor sistema de Segurança Social em Portugal. Não me parece que estejam salvaguardados, nem critérios prévios, nem formas de controlo de tudo, que imponham alguma justiça. Não podemos ter uma ilha num determinado município, e sei que há municípios que não têm este tipo de Serviços, alguns, nossos vizinhos, e sendo uma Associação particular, privada, que não decorre da Lei, nem decorre de uma prática consolidada ao nível de sistemas alternativos de Segurança Social. Penso que a Câmara Municipal não tem a obrigatoriedade de atribuir este tipo de apoios mensais, com a informação que nos foi dada, que ascende, ou pode ascender a valores anuais na ordem dos trinta mil contos. -----

----- Toda a solidariedade para com os funcionários da Câmara Municipal, toda a compreensão, mas ninguém é inocente, toda a gente sabe que o que vai correndo nos corredores, é que existem fugas, ou possíveis fugas em todo este processo. Por isso, nós também estamos pouco informados sobre o assunto, e tive acesso aos estatutos dos Serviços Sociais da Associação, li-os, mas daí até à forma como tudo se verifica é complicado. Da ultima vez que analisaram a documentação, fui chamado à atenção para um caso em que estavam a pagar cento e setenta contos de comparticipação em despesas de saúde. -----

----- No País em que estamos, é preciso não criar regimes de excepção que nos distingam do resto dos trabalhadores deste País. Nessa reunião sugeri que a Câmara

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Abril de 26

estudasse a possibilidade de fazer um seguro de saúde para os seus funcionários, e isso não custará os trinta mil contos por ano. Esta é a razão porque me abstenho e porque mantenho estas reservas. Não está claro a forma como tudo funciona." -----

----- Interveio o Vereador Emídio Fidalgo dizendo estar de acordo com o Senhor Vereador Victor Camarneiro, mas há algo que lhe oferece expor:-----

----- Quando foram presentes à Câmara as primeiras aprovações, nomeadamente a aprovação do subsídio à festa de Natal, que foi o que levantou aquelas questões entre o executivo. Combinaram entre si, partindo do pressuposto de trabalho, que futuramente haveria coisas que teriam de ser perfeitamente esclarecidas. O Presidente da Câmara quis junto da Direcção auscultar algumas questões para um futuro esclarecimento, que teria de ser trazido à reunião de Câmara em futuros agendamentos. O próprio Presidente comungou com eles que se deveria arranjar uma linha orientadora dos procedimentos a ter com esta Associação . É no entanto solidário com os funcionários da Câmara e concorda que deverão ter alguns apoios, não podendo é aparecer da forma como estão a aparecer.-----

----- Interveio novamente o Vereador Victor Camarneiro, dizendo que o documento presente há um mês atrás, não foi anexado à acta, ao contrário de todos os apoios ali aprovados. Naquele momento foram confrontados com a aprovação de um documento igualmente desconhecido para eles, não sabendo exactamente que tipo de apoios estão ali incluídos. Este tipo de Associações no passado deu origem a um conjunto de problemas, ao nível de vários municípios, em que se chegou a falar em perdas de mandatos, e que houve um movimento para transformar aqueles serviços sociais em associações de carácter privado. -----

----- Interveio o Vereador Pedro Machado dizendo que, do ponto de vista da Câmara Municipal e de todas as duvidas levantadas aquando da última discussão sobre aquele assunto, houve o consenso generalizado da racionalização dos recursos, estando a fazê-lo em todos os níveis, desde o próprio Plano e Orçamento, passando por um conjunto de actividades que de alguma forma os limitam a todos. Haveria de resolver um conjunto de questões que se prendem, não só com passado mais remoto, mas também com um passado mais recente, e que tem naturalmente expressão na metodologia que esta Câmara encontrou, no que toca à parte dos Serviços Social dos Trabalhadores.-----

----- Pensa que o Senhor Presidente promoveu uma reunião com os Dirigentes dos Serviços Sociais, em que foram dados alguns esclarecimentos às duvidas que na altura tinham sido levantadas em sede de reunião de Câmara. Ficou expresso da parte do Senhor Presidente da Câmara, a intenção clara de que teriam que começar de alguma forma,

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Abril de 26

não podendo de todo evitar gastos urgentes do ponto de vista da saúde e da educação, que fosse feita mais alguma contenção. Por isso mesmo, e em relação ao que era apresentado hoje, foi solicitado a presença de um dirigente e mais do que fazer um juízo de valor, valerá a pena dar-lhe a possibilidade de ele próprio poder dizer á Câmara, quais são, do seu ponto de vista, e do ponto de vista dos trabalhadores, o porquê de continuarem com este tipo de metodologia. Seria oportuno que estando presente um dirigente, e não tendo ele vindo ao nada, uma vez que estão a discutir um assunto que lhes diz respeito, que ele próprio pudesse dar alguns esclarecimentos em relação às dúvidas que aqui foram levantadas. -----

----- A pedido do Presidente da Câmara interveio o Tesoureiro dos Serviços Sociais dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, dizendo que gostaria de saber quais eram as dúvidas, a fim de poderem votar a favor da atribuição do subsídio. Funcionava com base num regulamento, num estatuto, estando tudo bem definido.-----

----- Interveio de novo o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, a Associação funcionava com base num regulamento e num estatuto de uma Associação privada. A Câmara Municipal enquanto entidade, não era associada dessa associação. Não estabeleceu nenhum contrato, nenhum compromisso, que lhe desse a obrigatoriedade de financiar mensalmente todas as despesas que eram apresentadas. Não conheciam quais eram os critérios existentes para o apuramento daquelas despesas, não sabiam se existia algum compromisso objectivo, como existia entre a Câmara Municipal e os Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Velho, aprovado em reunião de Câmara, sendo mensalmente disponibilizada uma verba para fazer face a um conjunto de premissas do seu trabalho. -----

----- Parecia-lhe que a Associação deveria ser encarada no mesmo patamar de qualquer outra Associação, apenas com a particularidade, de que aquela Associação resumia as suas actividades ao apoio, à complementaridade de apoio ao sistema de saúde que tinha, ao sistema de educação estabelecendo um precedente, que do seu ponto de vista cria um regime de excepção, que do ponto de vista ético, do ponto de vista político, que a todos os níveis lhe deixava grandes dúvidas. Uma coisa era existir uma associação, como existia antigamente, em que os associados se quotizavam e do somatório daquela quotização estabeleciam apoios de emergência em determinadas situações, ao nível da saúde, ao nível social, etc..-----

----- Mais disse que havia uma quotização dos associados, irrelevante para a dimensão das necessidades que a própria associação gerou para si mesma. Estava-se a falar de dois mil e seiscentos contos, este mês, e ao longo de cada ano, e segundo informações do

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Abril de 26

Senhor Presidente podia ascender a um valor entre vinte e cinco e trinta mil contos, ano. Admitia haver uma precedência em relação ao passado, mas a Câmara tinha toda a legitimidade para dizer sim ou não num processo destes. Obviamente que se jogava com o aspecto moral, do procedente que foi aberto, e jogava-se com os funcionários da Câmara que, merecendo todo o respeito, e que para um órgão eminentemente político impõem uma situação complicada de gerir. Pensava que se todos os municípios do Concelho, tivessem acesso à informação, tivessem conhecimento da particularidade daquela dependência entre a Câmara Municipal e a Associação dos Serviços Sociais, era ao nível ético e moral bastante discutível e bastante subjectivo. -----

----- A Câmara abria um precedente para com qualquer outra organização que podia começar a apresentar propostas naquele sentido. O que disse na ultima reunião, era que considerava legítimo que qualquer associação e que as pessoas podiam demandar a Câmara para um conjunto de apoios. Disse também que era possível que a Câmara encontrasse soluções alternativas para melhorar significativamente os Serviços Sociais dos seus funcionários, através de um estabelecimento de um seguro de saúde, ou de outros mecanismos que podiam ser estudados. Qualquer funcionário, quer seja aposentado ou não, ou os seus familiares, podiam recorrer a um sistema de saúde e a Câmara suportar a diferença entre aquilo que é participado pelos Serviços Públicos oficiais, e o que é realmente pago. Na ultima reunião passou um caso que ascendia a cento e setenta contos, e no passado houve outros que ultrapassaram aquele valor e muito mais. Estando-se a falar de verbas que suplantam muitas vezes, os próprios salários dos funcionários. -----

----- Disse ainda que, do seu ponto de vista era imoral que a Câmara estivesse a apoiar em cento e setenta ou trezentos contos para objectos mais ou menos questionáveis. Sabia perfeitamente que, se seguissem as regras daquilo que é habitual em política, não se manifestavam, e sabia também que do ponto de vista política lhes é desfavorável, não estando ali com aquele tipo de preocupações. Do ponto de vista político poderá ser desaconselhável aquela posição, mas do ponto de vista ético, moral e sabendo no País em que estamos, num governo que apela à contenção, um Presidente de Câmara que fala sistematicamente em contenção, essa contenção ou é geral em relação a todos os parâmetros da vida política, social, económica, etc., ou estarão a abrir uma frente de excepção que considera não se justificar. -----

----- Interveio o Vereador Emídio Fidalgo dizendo parecer impossível três Vereadores do Partido Socialista, sendo de esquerda, que votem contra ou se abstenham numa questão como esta. A solidariedade da esquerda é exactamente os trabalhadores, são os seus

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Abril de 26

princípios básicos de defesa. Não sem nada: nem qual é o regulamento, não sabem qual é o protocolo ou se existe e não conhecem aqueles documentos que lhes são entregues. Pensa ser substancialmente necessário serem todos devidamente elucidados, e estarem dentro dos próprios assuntos para sustentarem todas as decisões. Quer que a associação em si se enraíze e se sustente para que não seja criticado por defender bem os trabalhadores da Câmara Municipal. Terão de alinhar a forma de conseguir estarem sintonizados, e em qualquer situação, e onde quer que seja poderem sustentar uma discussão. -----

----- Tomou novamente a palavra o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, não estavam numa Assembleia Geral da Associação dos Trabalhadores da Câmara Municipal. Parecia-lhe existir uma relação clara, quase contratual, de dependência daquela Associação para com a Câmara Municipal, sem que estivesse efectivamente claro. No momento em que o Senhor Presidente trouxesse à Câmara um acordo, um contrato - programa, em que a Câmara aprovasse esta relação, fundamentasse-a, como fazia com outras associações. Tratava-se de uma associação privada, de uma associação como outra qualquer, porque é que tinha um estatuto diferente em relação às outras? -----

----- Voltou a pronunciar-se o Tesoureiro dos Serviços Sociais da Câmara Municipal, dizendo que, as despesas iam a votações e pensava que, antes demais dever-se-ia decidir se continuavam a atribuir aqueles subsídios ou não. No subsídio para a festa de Natal, os trinta por cento que a Câmara atribuiu não foram para os sócios, mas sim para as pessoas que não são sócias, devendo a Câmara pagar alguma coisa, que são os membros da Assembleia, os Presidentes de Junta e familiares. Foram feitas contas e chegou-se à conclusão que não devia ser a associação a suportar aquelas despesas pelo que a Câmara daria trinta por cento. -----

----- Interveio o Presidente da Câmara dizendo que, o mais adequado seria pedir ao Sindico da Câmara que, em articulação com a Associação, verificassem a formalização da legitimidade, para que se criasse uma sustentabilidade legal daquele relacionamento. A partir, dali a Câmara poderia fixar o plafond máximo anual, até onde se submete aquele tipo de tipo de apoio e colaboração, podendo ele ser actualizado anualmente e sistematicamente, por um valor que a Câmara considerasse razoável, e que não valesse a pena andar sistematicamente em deliberações. Por exemplo, se definirem que no primeiro ano vão até vinte e cinco mil contos, que será actualizado a uma taxa de um e meio ou dois por cento ao ano. Quem fará a racionalidade da despesa terão de ser os órgãos próprios da Associação. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Abril de 26

----- Interveio novamente o Vereador Victor Camarneiro dizendo não fazer sentido nenhum que vá para a Reunião uma listagem, que do seu ponto de vista deveria ser confidencial. Ou o sistema continua assim, e terão de ter acesso a todos os documentos, se tiverem duvidas terão que fiscalizar, porque quem paga, tem que controlar o que paga, ou então estabelece-se uma relação com esta associação, como com outra qualquer. -----

----- Interveio novamente o Vereador Emídio Fidalgo, dizendo que se a Câmara através de uma informação do seu Sindico criar um acto de ligação, em que protocolem, tal como faz com os Bombeiros Voluntários, por exemplo, uma verba de vinte e cinco mil contos para este ano, e que será actualizado nos anos seguintes. -----

----- Disse ainda que a questão não era de não fugir às verbas, mas sustentar a forma como a Câmara está a dar as verbas e a Associação está ligada juridicamente à Câmara Municipal. Não haveria fugas de participações, a média que se iria encontrar era a justa achada pelos Serviços Sociais, pelo sindico e pela Câmara Municipal, não se fugia à verba, e no fundo, iria deixar de haver especulações. -----

----- Retomou a palavra o Vereador Victor Camarneiro dizendo que aquela associação não era apenas filantrópica, era uma associação de caracter cultural, desportivo recreativo, etc. A verdade era que a Associação até ao momento não explorou nenhuma das outras facetas para aumentar as suas receitas, ou para dinamizar actividades para os trabalhadores que ultrapassem o estrito âmbito da saúde, da educação e do recreio. Parece-lhe que a Associação não está a cumprir os seus objectivos previstos em termos estatutários. Obviamente que, inclusive, para a Câmara Municipal, teria todo o interesse que a Associação alargasse também a sua acção noutros âmbitos, onde existem também hipóteses de ir buscar outro tipo de verbas, e outro tipo de apoios. Não só da Câmara, mas também nas entidades, em todos os programas que existem disponíveis para o associativismo. Trata-se de uma forma grosseira de aumentar os rendimentos, uma vez que as pessoas também descontam no IRS pelas despesas de saúde que fazem. Se a Câmara Municipal acaba por salvar e pagar tudo, ou seja, paga a diferença do todo, as pessoas ainda ganham dinheiro com a situação, porque no IRS apresentam os custos globais das despesas de saúde, mas na verdade ainda têm praticamente a participação de todas as despesas de saúde. Em Portugal encontrou-se uma forma de compensar as famílias com mais problemas de saúde, elegendo as despesas de saúde para efeitos de desconto de IRS. Com esta situação ainda se poderá ganhar dinheiro. -----

----- Retomou a palavra o Presidente da Câmara dizendo haver uma questão que é apenas uma questão formal, mas que tem repercussões claras. Dentro de um contexto de

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Abril de 26

razoabilidade, e sobretudo de racionalidade, terá de haver uma sustentação jurídica que estabeleça aquela obrigação de um lado e aquele direito do outro. Que haja montantes standardizados de despesa que obriguem a que haja critérios. Neste momento, existe um plafond máximo de apoio por parte da Associação a qualquer eventualidade que os seus associados pratiquem? Procura-se que, a partir de agora, exista um documento protocolar entre os Serviços Sociais da Câmara Municipal e a Câmara Municipal em que há um compromisso, dentro daquele contexto, para poder viabilizar uma transferência orçamental periódica e adequada, mas que irá ter a correspondência, da própria direcção, de não pura e taxativamente estarem de acordo com toda a despesa que lhes é apresentada, devendo equacionar alguma racionalidade. -----

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo que a Câmara Municipal, face à legislação actual, que diz respeito à medicina do trabalho, deveria ter um médico, e não o tem. Pessoalmente, diria assim, a Câmara Municipal deverá ter um médico e só elegerá as despesas que aquele médico sancione. A Câmara, face à legislação, deveria ter um médico, acima de um determinado número de trabalhadores, todas as organizações têm de ter um médico. -----

----- Disse ainda que, até ao momento, não sabia como eram apuradas aquelas despesas, se todas as despesas são sustentadas por uma receita médica, ou não. -----

----- Retomou a palavra o Presidente da Câmara propondo que a Direcção dos Serviços Sociais, em parceria com o Sindico da Câmara, com o Senhor Vereador da Área Social e da Saúde, apresentassem um relatório, no prazo de um mês, sobre a integração formal e legal deste apoio, devidamente consubstanciado com aquela visão de racionalidade, mas também de transparência legal daquele procedimento. Independentemente do passado, dever-se-á criar um mecanismo que seja transparente na leitura e no formalismo legal que o suporta, e que depois tenha algumas medidas que garantam a racionalidade daquela mesma despesa. Pensa que devia haver um plafond limite, e pelo que estão a discutir, não estarão a fugir às médias que naquele momento têm. Terá de haver alguma contenção, que permita que numa estabilização de médio a longo prazo, tudo seja feito, de forma a que a própria associação comece a racionalizar a despesa comparticipada. -----

----- Deverá haver um documento formal que interligue a autarquia, depois de deliberado e de ter sido manifestada a sua opinião face àqueles compromissos, para com a outra entidade, que é de facto uma entidade privada, ficando suportado legalmente. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Abril de 26

----- Reconhece a pertinência das observações feitas pela bancada da oposição, considerando que a questão foi abordada racionalmente. Não puseram em causa os direitos assumidos, mas sim os procedimentos menos transparentes. -----

----- Assim propunha que as pessoas atrás mencionadas se reunam, em parceria, para definirem um protocolo de actuação. A partir daquele momento, já não deverá vir ao âmbito político, havendo soluções alternativas, que poderão ser pensadas, nomeadamente, questões de seguros, médico próprio da autarquia, etc. Pensa que a questão não era de animosidade para com os serviços, mas apenas uma forma de transparência e de segurança de quem está a deliberar, para que no futuro tenha o sentido da equidade. -----

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo concordar com aquela metodologia, e se houver uma proposta de apoio para o ano dois mil e dois, ou seja a concessão de um subsídio de por exemplo trinta mil contos, a disponibilizar em tranches mensais de "x", este assunto não necessitará de voltar à reunião de Câmara, e neste caso votará a favor. -----

----- A Câmara face a estes considerandos tomou conhecimento e deliberou por maioria, com seis votos a favor e a abstenção do Vereador Victor Camarneiro, atribuir o subsídio no valor de treze mil, cento e quarenta e nove euros e quarenta e três cêntimos, aos Serviços Sociais referente ao mês de Março. -----

----- O Vereador Victor Camarneiro referiu que, no momento em que tudo estiver formalizado, clarificado, tendo sido esgotadas todas as hipóteses do entendimento, tornando tudo mais transparente, votará a favor. Até lá, continuará a abster-se. -----

----- A Câmara aprovou ainda, por unanimidade a proposta da constituição daquele grupo de trabalho que terá a seguinte constituição: a Direcção dos Serviços Sociais, Directora de Departamento de Administração Geral, Sindico da Câmara, e Vereador da Área Social e Saúde, que coordenará. -----

----- **7- CANDIDATURA DO EMPRÉSTIMO DA PISTA DE REMO À --** ----- **MEDIDA 1.8 - FEDER**-----

----- Foi presente uma informação sobre a candidatura do empréstimo da Pista de Remo à medida 1.8 FEDER (documento anexo à presente acto sob o numero cinco) -----

----- O Presidente da Câmara informou que, existem linhas de apoio no FEDER para poder consubstanciar, a taxa de juro mais bonificada, as quais virão depois a retirar aqueles montantes do valor de compromisso que a Câmara tem, aumentando a capacidade de endividamento. Com base neste apoio articulou não só com a CCR, como directamente

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Abril de 26

com os serviços da Câmara, para providenciar a transferência de alguns dos empréstimos que tinham até agora, nas linhas normais de financiamento, para linhas bonificadas que lhes pudessem proporcionar situações, em termos financeiros, de melhoria dos seus plafonds. -----

----- Os serviços fizeram algumas contas que se prendem com o empréstimo, que têm de quatrocentos mil contos, contraído o ano passado pelo executivo anterior, para apoio financeiro à execução do projecto do Centro Náutico de Montemor. -----

----- Pensava que no momento estavam em condições de rever todo o procedimento e virem a reactivar um outro empréstimo, com o mesmo objectivo, mas dentro de uma linha bonificada, que lhes irá tirar os montantes dos níveis de endividamento que no momento, precisam que estejam o mais soltos possíveis, para poderem ser alvo de outro tipo de apoios.

----- Disse ainda que, apenas poderão ir buscar, naquele empréstimo, noventa por cento da totalidade do valor que lhes diz respeito, que era ilegível. Para a totalidade da ilegibilidade do projecto, existe uma parte já garantida pelo Desporto e pelo Turismo. A parte que teriam que suportar, podem, através daquela solução, até noventa por cento do plafond estar a afectar uma linha de crédito específica que sendo bonificada, não conta para a capacidade de endividamento. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a candidatura ao empréstimo em epígrafe e que os serviços deveriam apresentar oportunamente. -----

----- 1.2.1 - SECÇÃO DE FINANÇAS LOCAIS -----

----- 1- INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 65º DA -----

----- LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA -----

----- PELA LEI Nº 5-A/2002, DE JANEIRO. -----

----- Foi presente uma informação a que se refere o artigo sessenta e cinco da Lei numero cento e sessenta e nove de noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a redacção dada pela Lei número cinco- A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro. -----
(documento anexo à presente acta sob o número seis). -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- 2- DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PLANEAMENTO -----

----- 2.1-DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES -----

----- 1- INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 65º DA -----

----- LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO -----

----- DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Abril de 26

----- Foi presente uma informação a que se refere o artigo sessenta e cinco da Lei número cento e sessenta e nove de dezoito de Setembro, com a redacção dada pela Lei número cinco A de dois mil e dois, de onze de Janeiro, no tocante à relação de licença de obras e outras petições, tratadas pelos Serviços, no período compreendido entre doze e vinte e quatro de Abril do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número sete).-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **2- PEDIDO DE ALTERAÇÃO AO ALVARÁ NUMERO 28/82, -----**
REQUERIDO POR PAULO JORGE CARVALHO GÂNDARA - -----
PROCESSO NUMERO 01/01 -----

----- Foi presente o pedido de alteração ao loteamento em epigrafe, acompanhado de uma informação dos serviços, a qual aponta para a aprovação da solução urbanística com as condições apontadas na mesma (documento anexo à presente acta sob o numero oito).--

----- A Câmara tomou conhecimento e face à informação dos serviços, deliberou por unanimidade deferir o pedido de alteração ao alvará de loteamento em epigrafe, requerido por Paulo Jorge Carvalho Gândara. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **3- PEDIDO DE ALTERAÇÃO AO ALVARÁ NUMERO 04/88,-----**
REQUERIDO POR JOSÉ DUARTE - PROCESSO NUMERO 09/01 --

----- Foi presente o pedido de alteração ao loteamento em epigrafe, acompanhado de uma informação dos serviços, a qual aponta para a aprovação da solução urbanística com as condições apontadas na mesma (documento anexo à presente acta sob o numero nove).

----- A Câmara tomou conhecimento e face à informação dos serviços, deliberou por unanimidade deferir o pedido de alteração ao alvará de loteamento em epigrafe, requerido por José Duarte. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **3.DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS-----**

-----**3.1. – DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS -----**

----- **3.1.1. – SECTOR DE ADMINISTRAÇÃO DIRECTA. -----**

----- **1- CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE ESTRADAS E CAMINHOS--**

-----**MUNICIPAIS: FREGUESIAS DE SANTO VARÃO E PEREIRA - ----**

-----**PROJECTO, PROGRAMA DE CONCURSO E CADERNO DE -----**

-----**ENCARGOS - ELEMENTOS PARA APROVAÇÃO-----**

----- O presente ponto foi retirado. -----

----- **2- REBENTAMENTO DE PNEU E ESTRAGOS NA JANTE, -----**
OCORRIDO NO LUGAR DE ARNEIRO TECFELÃO - ARAZEDE-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Abril de 26

-----Foi presente uma informação dos Serviços sobre o assunto em epígrafe, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número dez. -----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, indemnizar o munícipe Pedro Miguel Jesus de Oliveira, pelos estragos causados na sua viatura no valor de quatrocentos e vinte um euros e sessenta nove cêntimos, devendo o mesmo apresentar documento factura/ recibo da despesa realizada. -----

----- 3- E.R. 335 - LAVARIZ AO LIMITE DO CONCELHO DE ----- ----- CANTANHEDE - KM 40+458 E KM 53 + 113 - ALTERAÇÃO AO -- ----- PROJECTO -----

-----No seguimento da deliberação da Câmara Municipal de doze do corrente mês, foi novamente presente o processo em epígrafe, acompanhado dos pareceres das Juntas de Freguesia de Arazede e Carapinheira, documento anexo à presente acta sob o número onze. -----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

-----Um - Manter o revestimento do pavimento dos passeios, com revestimento em calçadinha de vidro na Freguesia de Carapinheira, de acordo com o parecer emitido pela Junta de Freguesia. -----

-----Dois – Aceitar a alteração do revestimento dos passeios na Freguesia da Arazede, para blocos de betão “Pave” tipo UNI, de acordo com o parecer da Junta de Freguesia e nas condições propostas pelo empreiteiro.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- 3.1.2. – SECTOR DE VIATURAS E EQUIPAMENTO. -----

----- 3.1.3. – SECTOR DE ABASTECIMENTO PÚBLICO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA. -----

----- 3.1.4– SECTOR DE SANEAMENTO BÁSICO. -----

----- 1 - CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO DE PEQUENOS ----- ----- PROLONGAMENTOS NA REDE DE ÁGUAS EM DIVERSAS ----- ----- FREGUESIAS DO CONCELHO - ACTA DE ABERTURA DE ----- ----- PROPOSTAS -----

Na sequência do acto público do concurso da empreitada em epígrafe, foi presente a respectiva acta, bem como o relatório elaborado nos termos do número cinco do artigo noventa e oito do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março, que ficaram como documentos anexos à presente acta sob o número doze.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade que o processo baixe à Comissão de Análise para o devido seguimento. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- 2- REDE DE ESGOTOS DE MONTEMOR-O-VELHO - FASE A -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Abril de 26

----- (REDES) + FASE B (ETAR) PARTE DE CONSTRUÇÃO CIVIL - ----

-----REVISÃO DE PREÇOS-----

----- Foi presente uma informação dos Serviços sobre o assunto em epígrafe, acompanhada dos respectivos cálculos, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número treze. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar o pagamento da revisão de preços definitiva, da empreitada da Rede de Esgotos de Montemor-o-Velho – Fase A (Redes) + Fase B (ETAR) – Parte de Construção Civil, no valor de três mil novecentos e vinte um euros, acrescido do imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor. -----

----- 3 - REDE DE ESGOTOS DE MONTEMOR-O-VELHO - FASE A-----

----- (REDES) + FASE B (ETAR) PARTE DE SANEAMENTO - -----

-----REVISÃO DE PREÇOS-----

----- Foi presente uma informação dos Serviços sobre o assunto em epígrafe, acompanhada dos respectivos cálculos, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número catorze. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar o pagamento da revisão de preços definitiva, da empreitada da Rede de Esgotos de Montemor-o-Velho – Fase A (Redes) + Fase B (ETAR) – Parte de Saneamento (Águas e Esgotos), no valor de sessenta e oito mil novecentos e sete euros e sessenta três, acrescido do imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor. -----

----- 4 - REDE DE ESGOTOS DE ARAZEDE - FASE A (REDES) - PARTE

----- - REVISÃO DE PREÇOS -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços sobre o assunto em epígrafe, acompanhada dos respectivos cálculos, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número quinze. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar o pagamento da revisão de preços definitiva, da empreitada da Rede de Esgotos de Arazede– Fase A (Redes) Parte, no valor de quatro mil oitocentos e setenta e sete euros, acrescido do imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor -----

----- 5 - PROLONGAMENTOS E LIGAÇÕES DA REDE DE ESGOTOS-----

----- (FREGUESIAS DE CARAPINHEIRA, MEÃS, TENTÚGAL E -----

----- PEREIRA) - PROJECTO, PROGRAMA DE CONCURSO E CADERNO

----- DE ENCARGOS. - ELEMENTOS PARA APROVAÇÃO -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Abril de 26

----- No seguimento do solicitado superiormente foram presentes os elementos em epígrafe, devidamente preenchidos e ordenados para que a Câmara se pronunciasse quanto à sua aprovação e posterior abertura de concurso.-----

----- Acompanhava os referidos elementos uma informação dos Serviços que ficou como documento anexo à presente acta sob o número dezasseis.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Aprovar os elementos em epígrafe e lançar de imediato a obra a concurso, através de concurso limitado sem publicação de anúncio nos termos do número três do artigo quarenta e sete do Decreto-Lei número cento e cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março. -----

----- Dois – Que se convidem os empreiteiros sugeridos pelos Serviços.-----

----- Três – Fixar o preço de vinte e cinco euros, acrescido do IVA à taxa legal, para o fornecimento das cópias dos elementos de concurso. -----

----- Quatro – Nomear as seguintes Comissões de Abertura do Concurso e Análise das Propostas nos termos do artigo sessenta do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março. -----

----- “Comissão de Abertura do Concurso” -----

----- Vereador Abel Girão, Engenheiro – Presidente -----

----- Carlos Alberto Abrantes Borges - Engenheiro Técnico Civil -----

----- Célia Maria Gariso de Oliveira – Secretária-----

----- “Comissão de Análise das Propostas” -----

----- Adelino Caridade Miranda, Engenheiro – Presidente -----

----- Carlos Alberto Abrantes Borges - Engenheiro Técnico Civil -----

----- Isabel de Jesus Maurício Quinteiro, Engenheira Civil-----

----- Cinco – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos. -----

-----4. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL -----

-----4.1. DIVISÃO DE CULTURA E TURISMO -----

-----1- EXPOSIÇÃO "AS MISERICÓRDIAS DE MONTEMOR-O-VELHO"

----- O Vereador do Pelouro deu conhecimento de uma informação dada pela Técnica Superior de História sobre a Exposição "As Misericórdias de Montemor-o-Velho", a qual irá ter lugar entre os dias dezoito e trinta e um de Maio de dois mil e dois (documento anexo á presente acta sob o numero dezassete).-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a exposição em epígrafe.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Abril de 26

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- 2- ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CENTRO CULTURAL, ----- ----- RECREATIVO E DESPORTIVO DE VERRIDE -----

----- O Presidente da Câmara propôs a atribuição de subsídio ao Centro Cultural, Recreativo e Desportivo de Verride, no montante de duzentos euros. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a atribuição do subsídio referenciado em epígrafe. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- 4.2. DIVISÃO DE DESPORTO -----

----- 1- II TORNEIO INTERNACIONAL DE FUTSAL PÁSCOA 2002 -----

----- ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO E OUTROS APOIOS -----

----- O Presidente da Câmara informou que, na reunião de Câmara do dia vinte e sete de Março findo, foi deliberado apoiar o segundo torneio de futsal de Páscoa promovido pelo União Desportivo Santo Varonense. -----

----- Concluído que foi o torneio tinha as contas apuradas, solicitando a autorização à Câmara para proceder a alguns pagamentos que tinham sido aprovados, até ao montante máximo de mil trezentos e noventa e um euros e cinquenta cêntimos (documento anexo à presente acta sob o numero dezoito). -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a atribuição do subsídio referido subsídio, de acordo com o documento anexo. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- 2- VI TORNEIO DE FUTSAL JUVENIL 2002 - -----

----- ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO -----

----- Ausentou-se, a partir deste ponto o Vereador Victor Camarneiro. -----

----- O Presidente da Câmara informou que, em reunião de Câmara do dia vinte e sete de Março findo, a Câmara deliberou apoiar a atribuição de subsídio às Associações e Clubes participantes no sexto Torneio de Futsal Juvenil dois mil e dois (documento anexo à presente acta sob o numero dezanove). -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a atribuição do referido subsídio, de acordo com o documento anexo. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- 4.3. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE -----

----- 1- PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE IMÓVEL, A EFECTUAR PELA --

----- CÂMARA MUNICIPAL, DESTINADO AO REALOJAMENTO DE UMA ----- ----- FAMÍLIA, RESIDENTE NO LUGAR E FREGUESIA DE SANTO-----

----- VARÃO -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Abril de 26

----- O Senhor Presidente da Câmara ausentou-se tendo assumido a condução dos trabalhos da Reunião o Senhor Vereador Dr. Pedro Machado. -----

----- Voltou a fazer parte da Reunião o Vereador Victor Camarneiro. -----

----- Foi presente uma informação dos serviços a propor a aquisição de um imóvel sito na freguesia de Santo Varão, destinado ao alojamento de uma família, constituída pelo casal e quatro filhos menores. -----

----- Após as cheias, o imóvel no qual residiam (sob o regime de ocupação/arrendamento) ficou bastante danificado, necessitando de obras de reparação. Assim, o proprietário pretende vendê-lo, pelo que a família ficará desalojada, dado que não dispõem de recursos económicos para fazer face à sua aquisição, nem têm acesso ao crédito bancário. Dado que arrendar outro imóvel é bastante difícil, propõem-se que a Câmara Municipal adquira o sugerido imóvel, no montante de seis mil duzentos e trinta e quatro euros e noventa e sete cêntimos, sendo as obras realizadas pela família. -----

----- Após o alojamento será definido o pagamento de uma renda mensal, em função dos rendimentos da família. -----

----- Interveio o Vereador António Ramalhete perguntando se o pré- fabricado não tinha condições de habitação. Pensa haver uma espécie de chantagem da parte daquelas pessoas, porque pessoas carenciadas como são, não podem fazer exigências como têm feito. Terá que se resolver o problema. É inconcebível que a escola tenha aquele fim. Perguntou ainda o que se irá fazer aos pré - fabricados, que têm condições superiores àquelas em que muita gente hoje vive, não só em Santo Varão, como em Formoselha. -----

----- Interveio o Vereador Victor Camarneiro dizendo que os pré - fabricados, que são atribuídos pela Protecção Civil a Montemor para os ciganos, corresponde ao numero de famílias ciganas. Não houve coragem de fazer o que devias ter sido feito, e aquilo que foi feito por quem cá esteve, foi absolutamente errado a todos os níveis. Em relação à proposta apresentada, concorda inteiramente. As pessoas estavam naquela casa, e só depois, com um processo de indemnizações é que perceberam que a casa não era deles, mas de uma irmã, porque quando se pôs a hipótese da família receber um apoio para obras, eles não tinham legitimidade para o receber, e a irmã é que reclamou o valor, o que criou complicações, uma vez que a irmã era sozinha, e nunca receberia o valor correspondente a uma família de seis pessoas. Acha que a família deverá ficar ali, recuperara casa, ficando a mesma para a Câmara, entrando no parque habitacional social da Câmara, devendo no entanto criar regras para que não se constituam direitos adquiridos, nem usucapião. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Abril de 26

----- Disse ainda que, a Câmara deverá começar a ter um parque habitacional para acorrer a situações de emergências, sociais de carácter diverso, inclusive ter uma política social. -----

----- Mais disse não ser a favor de construção de guetos sociais, preferindo aquele tipo de soluções - casas inseridas nas comunidades. -----

----- Relativamente à questão dos pré- fabricados pensa que a sua finalidade era para alojar as famílias ciganas, não tendo havido porém, coragem para fazer o que deveria ter sido feito. Sempre defendeu que se os ciganos estão em Montemor, estando aqui recenseados, se é aqui que recebem o rendimento mínimo, não têm o direito de os despejar para outras freguesias. Independentemente da utilização que for dada aos pré-fabricados, gostaria de deixar o repto para que o Senhor Vereador do Pelouro, continuasse a tentar encontrar uma solução para resolver o problema das famílias ciganas, porque também não estão em condições mínimas. Os ciganos estão na margem esquerda, ao lado do parque das máquinas, em situação "à cigano", porque foram geradas expectativas em relação às casas em madeira para resolver o problema e com as inundações todo o trabalho que tinha sido feito foi prejudicado. -----

----- Apesar de tudo, a EDP levou luz até ao acampamento, tendo faltado coragem para resolver o problema. Quando os pré- fabricados vieram, as pessoas que os deveriam ter instalado, onde deveriam, não tiveram coragem de o fazer. O problema que se coloca aqui, é que, enquanto as pessoas decidirem e se manifestarem apenas pelos interesses político- partidários pontuais, obviamente que vamos ficar sempre com problemas deste género. -----

----- A Câmara face a estes considerandos, tomou conhecimento e aprovou por unanimidade a proposta para aquisição de imóvel destinado ao realojamento de uma família residente no lugar e freguesia de Santo Varão, de acordo com a informação dos serviços. -----

----- INTERVENÇÃO AO PÚBLICO -----

----- Foi aberto o período de intervenção ao público, nos termos do número cinco do artigo oitenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, com a redacção da Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro. -----

----- Verificou-se a inexistência de público. -----

----- ENCERRAMENTO -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Abril de 26

----- Terminada a Ordem de Trabalhos, pelas catorze horas, foi pelo Senhor Vereador Dr. Pedro Machado, encerrada a reunião da qual para constar se elaborou a presente acta, sob a responsabilidade da Directora de Departamento de Administração Geral, que vai ser assinada nos termos da Lei na reunião seguinte. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

Luis Manuel Barbosa Marques Leal, Dr.

A DIRECTORA DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL,

Maria Celeste Caldas Pires Pereira Leite Castela, Dr.^a